
Os discursos da francafonia – vias e desvios

Pierre François Georges Guisan

Resumo

Examinaremos neste artigo o papel que a língua preenche na formação da identidade coletiva, que se reconhece em instituições politico-sociais, tais como as nações tradicionais, ou outras instituições modernas, a da Francofonia em particular. Indagaremos a legitimidade de se considerar a língua como fator identitário, e em que medida as representações da língua não fazem dela um mito.

Palavras-chave: língua, identidade, francofonia.

Uma questão raramente abordada nos cenáculos onde se celebram os rituais da convivência francófona fraterna e civilizada é: afinal, que língua fala a *francofonia*? A idéia de uma língua jacobina, una e indivisível, já é teoricamente ultrapassada, se bem que a distância seja grande entre a teoria e a prática. Hoje em dia, a oficialidade fala em "diversidade cultural" e na sua preservação. São nesses termos que se justifica a luta da *francofonia*, já que, com efeito, esta é geralmente concebida como uma militância ativa contra o pensamento único mundial, cuja plataforma é o mundo anglo-saxão, ou seja, a *anglofonia*, embora o "adversário" seja raramente designado em termos crus e precisos.

O que está em jogo nas instituições da *francofonia* é objeto de questionamento e de perplexidade até entre os seus militantes¹, o que leva à pergunta: será que falam a mesma linguagem, compartilhando um mesmo ideal, participando de uma visão do mundo convergente (embora pluralista!)?

Vale a pena, portanto, refletir sobre as origens do que se convém chamar de *francofonia*, a sua emergência em época recente, e sobretudo, sobre as suas derivas possíveis. Não há dúvida de que a nostalgia de um *status* perdido da língua francesa teve, e está tendo, um papel predominante na constituição e na institucionalização da *francofonia*, embora não seja de bom tom confessá-lo. Reconhecemos que há um esforço concreto de diversificação cultural ao se arrolar em países de cultura diferente como o Egito ou a Moldávia², no entanto não vislubramos com muita clareza quais desígnios a *francofonia* persegue com a contribuição dessas nações.³

Origem sombria

Onésime Reclus (1830-1905), geógrafo francês, foi o criador da palavra *francofonia*, na ocasião da Conferência de Berlim, onde foi decidida a partilha da África entre as potências coloniais européias. A divisão do continente foi fruto do entendimento entre, principalmente, Alemanha, Grã Bretanha, França, Itália e Espanha⁴. Na realidade, a grande potência emergente em ascensão era o jovem Império Alemão, que acabava de sair vitorioso do seu confronto com a França, na guerra de 1870. O chanceler alemão Bismarck, num aparente gesto de boa vontade, concedera autorização ao governo francês para que esse desenvolvesse e ampliasse o seu domínio colonial na África (BAINVILLE, 1959, p. 530). O motivo de tanta generosidade era que, na sua tarefa de constituir a sua unidade, interessava à Alemanha manter as forças vivas da França (enfraquecida após a sua derrota, porém se recuperando rapidamente) ocupadas fora da Europa. Não é o menor dos paradoxos ver a França republicana (libertária, igualitária e fraterna) se lançar na aventura colonial da qual resultaria a constituição de um vasto império. Veremos que isso terá um impacto sobre a ideologia que justificaria a colonização, contrastando com as atitudes coletivas de outros povos colonizadores.

Voltando a Onésime Reclus, constata-se, portanto, que *francofonia* designa, na sua primeira acepção, a parte da África devoluta à França, onde se exerceria a sua "missão civilizadora", segundo o chavão da época. A ironia quis que o nascimento do termo tivesse de contar com o beneplácito de Bismarck, defensor da idéia do *pangermanismo*, isto é, da reunião de todos os

¹ Prova disso é o subtítulo escolhido para o congresso dos professores latino-americanos de francês sediado no Rio de Janeiro em 2001 (SEDIFRALE): "Les enjeux du français".

² Países que possuem uma cultura própria e rica, que não parece ter muito a ver nem com a cultura "francófona" ou francesa; o mesmo poderia se falar da Romênia, do Cambodge ou do Vietnã; esses dois últimos países fizeram parte do império colonial francês, porém o francês atualmente está completamente substituído pelo inglês, primeira língua estrangeira.

³ O ex-Primeiro-Ministro do Egito, ex-Secretário Geral da ONU Boutros Boutros Ghali é o atual Secretário-Geral da Organização Internacional da Francofonia.

⁴ Leopold, rei dos belgas, ganhou a título pessoal, o território do Congo, que passaria a ser o único país da francofonia africana que não pertencesse à França, mas a uma outra nação européia de língua francesa.

povos de língua alemã. De qualquer modo, temos que convir que a *francofonia* – pelo menos como palavra – nascia sob péssimos auspícios.

A identidade francófona

A questão de se saber se existe uma identidade francófona, e, nesse caso, qual é a sua natureza, remete à pergunta sobre o papel da língua na construção da identidade. Além desse problema, perfila-se uma outra dificuldade, que diz respeito à definição da língua candidata a tal *status* de fator essencial de identidade. Com efeito, o que se chama ora de *français standard*, ora de francês da norma, seja o antigo francês da corte ou ainda o francês da Academia, não passa de construtos, isto é, de produtos das representações ideológicas. Logo, não sendo um dado preexistente, a língua da francofonia deveria ser considerada como um construto dessa comunidade de povos, e não a base que sustenta essa instituição ou comunidade. Constatamos, portanto, que o problema se complica singularmente, e nem as afirmações veementes de pluralismo e de diversidade nos livram do paradoxo do ovo e da galinha, pois não contribuem para impedir que a língua da francofonia seja um construto, e não um dado primeiro. Vê-se assim que a instituição da francofonia se assenta em pressupostos lógicos precários, que raramente são questionados, embora devesse ser um tema de reflexão imprescindível para evitar o perigo de que chamamos de derivas potenciais de tal instituição ideológica.

O projeto de reunir povos, nações e instituições em torno de uma língua não é uma exclusividade da francofonia. Ao longo do século XIX, tal idéia norteia as aspirações liberais das classes médias da Europa, e resulta na criação de Estados-nações novos, como a Itália e o Império alemão. Esse último país, por não realizar completamente o projeto de reunir todos os povos de língua alemão sob uma bandeira só, vai alimentar e subsidiar a idéia de *pangermanismo*. Com efeito, várias comunidades germânicas ficaram fora do *Reich* comandado pela Prússia, como os cantões da Suíça alemã, a Áustria e as suas províncias que hoje constituem partes da Romênia, da Polônia, e da República Tcheca, onde existiam minorias germanófonas importantes. E não se pode esquecer os alemães do mar Báltico oriental, ou do rio Volga, na Rússia. Explicitamente, o projeto pretendia a ampliação do Estado alemão de modo a incluir essas comunidades espalhadas da *Mitteleuropa* à Europa oriental. Já a Itália, com comunidades linguísticas se apresentando de forma mais compacta, tinha conseguido a unificação de forma mais completa, embora deixasse de fora regiões como a Córsega ou Nice, cedidas à França sem traumatismo na época.

Ao *pangermanismo*, ou seja a “germanofonia”, embora tal termo nunca estivesse em uso, responde, nos mesmos moldes, o *opanslavismo*, sob o comando da Rússia. O sonho que ambas ideologias tinham de fazer com que coincidisse língua e território resultou em colisão na disputa de regiões, bilingues, de fato, em áreas como a Polônia, a Silésia ou a Boêmia. A exacerbação dos nacionalismos baseados em critérios linguísticos condenaria a utopia de uma *Mitteleuropa* pluriétnica, levando ao desespero intelectuais como Rainer Maria Rilke ou Stefan Zweig. Porém, cabe frisar aqui que a

língua não é um ingrediente necessário para a construção de uma identidade nacionalista forte, como o demonstra o caso da Suíça, bem sucedida no que diz respeito à elaboração de um pensamento ideológico e político helvético com todos os símbolos que o legitimam (folclore, arquitetura, forças armadas, por exemplo), onde a própria diversidade lingüística se torna um fator de distanciamento do Outro, do Estrangeiro. Até a Suíça francófona rechaça qualquer unidade ao insistir sistematicamente sobre as características diferentes de cada uma das minúsculas repúblicas que a compõem, mesmo nos dias de hoje.

Quando **Fernando Pessoa** – e **Caetano Veloso** em seguida – afirmam que a língua portuguesa é a sua pátria, ambos retomam as palavras de **Ernst Moritz Arndt**, poeta e historiador alemão nascido em 1769 na ilha de Rügen, na época sob o domínio dos suecos:

“O que é a pátria dos alemães?”

Está lá onde se fala alemão.”

O lirismo de **Arndt** contribuiu para a exaltação dos sentimentos patrióticos nascentes dos povos da Alemanha, cuja luta contra o ocupante francês, durante as guerras napoleônicas, ajudaria a forjar a identidade nacional do futuro Estado unificado alemão. Tal luta se identificava fortemente com as aspirações liberais – e libertárias – dos românticos da época, pois o nacionalismo ia se tornar autoritário e militarista só depois de 1870, com a vitória da Prússia sobre a França e a fundação do Império alemão sob a lei prussiana. Temos de sublinhar a importância da língua alemã para consolidar e legitimar a criação desta nação nova. Porém, observamos também que regiões possivelmente candidatas à inclusão no novo Império relutaram ou reagiram negativamente, e estabeleceram a sua diferença também através da afirmação das suas particularidades lingüísticas, como foi o caso da Holanda ou dos cantões alemânicos da Suíça⁵. Vê-se assim como a língua regional preenche o papel da oposição ativa e consciente ao centralismo político e ao imperialismo nacionalista.

Da identidade individual à identidade coletiva

O conceito de identidade foi, se não continua sendo, um tema de polêmicas complexas para os filósofos. Porém, não trataremos aqui de problemas como o de **Heráclito** – afinal, será possível tomar duas vezes um banho no mesmo rio? Tampouco examinaremos se a identidade é associada à unidade e à invariabilidade, ou se, ao contrário, tal como o **Dr. Jekyll** e **Mr. Hyde**, ela pode ser una e variável. De início, já temos um paradoxo pelo fato de que o próprio ato de definir consiste na descrição da *identidade* de determinado objeto; logo, como definir a identidade, ou seja, dar a identidade da identidade? **Austin** encontra uma solução ao afirmar que a identidade só pode ser definida negativamente, isto é, só se pode dizer o que as coisas *não* são. Tal definição vai ao encontro dos conceitos da antropologia, para a qual a identidade da comunidade tende a se construir através da visão do outro, em particular das comunidades vizinhas percebidas como diferentes, logo com certa hostilidade. O menosprezo, ou melhor, a percepção negativa dos

5 O holandês, “dialeto” germânico, já havia se afirmado como língua distinta, enquanto os dialetos alemânicos da Suíça, em via de desaparecimento no início do século XX, retomaram pleno vigor e ocupam cada vez mais o espaço do *hochdeutsch*, hoje em dia mais do que nunca.

valores das sociedades estrangeiras, vem a ser assim um fator essencial para a valorização das próprias ideologias, o elemento fundamental para a construção do orgulho da comunidade. Logo, a identidade da coletividade se nutre do antagonismo com o outro.

Outra constatação importante é como a identidade individual se vincula com a identidade coletiva. Com efeito, a pessoa se identifica com o grupo, e isso se dá geralmente através de formas ritualizadas que marcam a percepção de se pertencer à determinada sociedade. A nossa proposta supõe que a língua é um ritual, não apenas na sua realização, mas também na sua representação. Logo, a identidade das pessoas e das coletividades opera através de rituais, como os da religião, do teatro e da língua. Por sinal, a onomástica é um vetor importante de ritualização identitária, na medida em que permite a verificação de que a identidade esteja na confluência de uma hereditariedade social, da qual o nome próprio participa. Mas, num outro nível, a identidade dos indivíduos depende de identificações mais amplas, que podem ser de tipo clânico, de linhagem, étnica, ou enfim, nacional. E sobretudo nesse último nível, parece que a língua foi, historicamente, chamada para preencher um papel ritualizante, embora não tenha sido sempre o caso. Seria certamente mais correto dizer que a *representação* que indivíduos e coletividades têm da língua é que preencheu tal papel agregador e distintivo do estrangeiro.

No que diz respeito à Europa, durante muito tempo existiu um sentimento de identidade no Ocidente baseado na consciência de uma religião comum. Prova disso é que o próprio nome da Europa era praticamente desconhecido, e antes falava-se então de *Cristandade*⁶. O lugar onde o indivíduo geralmente se reconhecia como fazendo parte da comunidade era a igreja, com o ritual celebrado pela missa. Tal reconhecimento ritual lançava mão de uma língua, que já não era mais entendida pela maioria dos fiéis, o latim. Vê-se assim claramente o papel ideológico de uma língua, como mito agregador de uma sociedade, enquanto a sua função comunicativa era praticamente nula no que diz respeito aos povos da parte ocidental da *Cristandade*, onde entretanto ela preenchia um papel fundamental na identificação coletiva. Pretendemos demonstrar que o papel de uma língua "nacional", hoje em dia como em época recente, preenche o mesmo papel: é um construto, ou uma representação que faz da língua um mito agregador no processo da elaboração da identidade de uma comunidade. Nesse sentido, o latim, apesar de não ser mais falado, ainda não tinha se tornado uma língua "morta"⁷.

Por analogia, nos parece legítima a indagação quanto à natureza da função da língua francesa na coletividade francófona. Ou seja, em termos um tanto provocantes, qual é o ritual, a liturgia da missa francófona? Levantamos a hipótese de que se trata de um papel novo da língua, que se torna um mito, pelo menos na sua dimensão representativa. Assim como ocorreu no processo da consolidação da consciência nacional, a representação da língua que o indivíduo como membro da coletividade constrói é um elemento fundamental da coesão da comunidade, isto é, um mito fundador da sociedade. Podemos observar que enquanto a língua está fragmentada em inúmeros dialetos, ela

⁶ O entusiasmo com o qual povos de várias línguas se lançaram nas aventuras das Cruzadas demonstra quanto era vivo esse sentimento de se pertencer a uma comunidade muito mais ampla do que os numerosos reinos que a compunham.

⁷ Evidentemente, o latim continua sendo uma língua "viva" entre os especialistas, isto é, os membros do clero e os intelectuais em geral. Podemos entretanto supor que não satisfazia a todos os requisitos no que diz respeito às várias funções lingüísticas preenchidas por uma língua em uso nativo. Logo, assemelha-se antes a um *pidgin* internacional e a um jargão.

não pode preencher essa função ideológica. Assim se explica o jacobinismo lingüístico, unificador e autoritário, que norteou a política educacional dos republicanos franceses, sobretudo a partir de 1870, inclusive nos países do império colonial.

Da Cristandade à Nação

Foram necessários séculos de uma história conturbada para que, do desmoronamento da sociedade feudal, surgisse a idéia moderna de nação. A palavra já existia, porém com sentido muito diferente: *natio*, cognato de *nascere*, recobria mais ou menos o mesmo campo semântico de palavras como *gens*, raça, família. Com o advento do Estado moderno (absolutista na França, parlamentarista na Inglaterra), emerge um sentido novo, que dará origem a derivados como *nacional*, ou *nacionalidade*. Podemos resumir quase mil anos de história medieval dizendo que o sujeito passou, da consciência coletiva da *Cristandade*, à de súdito, e em seguida de cidadão, de um Estado-Nação. Tal processo se desenvolve paralelamente à gradual emergência da burguesia que, aos poucos, vai controlar a economia das sociedades européias. As sociedades feudais se baseavam em relações pessoais, entre o camponês-produtor e o seu senhor, e do senhor vassalo ao senhor suzerano; o rei, suzerano de todos, não tinha poder efetivo nos domínios dos seus vassalos, e era muito mais um árbitro, um *par inter pares*. A partir do Renascimento, tal modelo, já bastante afetado, vai ceder o lugar a outro modelo, o do Estado-Nação, muito mais abstrato, já que não se baseia mais num território relativamente pequeno como o feudo, mas numa entidade onde as relações de pessoa a pessoa são substituídas por um conjunto de regras de comportamento, que se pode definir como sendo a *Razão de Estado*. Por sinal, a tragédia clássica francesa, ao fazer a apologia da razão – coletiva, afinal – contra a paixão – individual –, preenche justamente o função de uma obra de arte a serviço do Estado moderno, absolutista, já que essa foi a primeira forma sob a qual se apresentou na França. Houve assim uma primeira revolução, no decorrer da qual as relações pessoais foram substituídas pelas relações do sujeito com uma abstração, ou seja, uma representação, o que necessitou a criação de mitos e símbolos para que esse sujeito pudesse reconstruir uma identidade que se encaixasse nessa nova e invisível entidade coletiva: a Nação. Talvez seja exagerado usar o termo revolução para designar um processo relativamente lento e gradual, apesar de rupturas eventuais históricas, porém o termo se justifica se considerarmos que gerou uma subversão radical das escalas de valores ideológicos. Uma inversão absoluta se deu, por exemplo, quando o homem medieval, para quem o indivíduo consistia apenas numa partícula ínfima da coletividade cristã, cedeu o lugar ao indivíduo-sujeito do Humanismo que vê na sociedade uma mera instância a serviço da própria felicidade.

Da Nação ao mundo global

Entretanto, o processo que enterra as antigas identidades coletivas ao construir novas, nunca pára na sua marcha. O próprio Estado-Nação, após as transformações sofridas (absolutismo, república, colonialismo, socialismo

“real”), parece seriamente abalado nos dias de hoje. Quando se fala de globalização ou de mundialização, tudo nos leva a pensar na gestação de uma nova identidade coletiva. Sem dúvida, estamos em pleno processo de mutações numa escala mundial, que nos levará a construir novos sistemas de representações e uma nova identidade coletiva. Ninguém pode dizer quais serão essas novas formas identitárias, e qualquer exercício de previsão teria boas chances de se verificar rapidamente ultrapassado. No momento em que escrevemos, os acontecimentos que reduziram a pó os maiores símbolos do império americano podem vir a subverter as hipóteses a respeito das formas futuras do mundo global que estavam sendo elaboradas até agora.

Uma coisa parece certa: as nações, tais como se firmaram ao longo dos últimos séculos, se tornaram entidades fracas, em particular em face das novas modalidades mundiais da economia. A situação evoluiu rapidamente esses últimos anos, e paralelamente assistiu-se à ascensão da língua inglesa promovida ao *status* de língua universal. Ainda é cedo para concluir que estamos assistindo à emergência de uma consciência planetária, acompanhada desta supremacia do inglês. As resistências se organizam, e a Francofonia se apresenta como a institucionalização e o agrupamento de algumas forças de oposição. Logo, seria legítimo ver na francofonia um avatar da Instituição-Identidade Coletiva, sucessora do Estado-Nação.

O papel da língua na instituição identitária

A instituição da francofonia repousa explicitamente sobre um fator identitário: a língua francesa. Retoma-se assim o mesmo instrumento agregador que foi o da Quarta República, isto é, na França entre 1870 e 1940. A república francesa, una e indivisível, representou um modelo de nação moderna para grande parte do mundo nos séculos XIX e XX. Na realidade, a nação francesa já era constituída muito antes da Revolução de 1789, com os seus mitos fundadores. O assentamento e a consolidação do Estado-Nação foi de fato obra da monarquia, e nesse sentido os republicanos jacobinos centralizadores só continuaram e aprimoram o empreendimento do absolutismo. Entretanto, na ausência da figura do Rei e da sua Corte, recorreu-se a outros mitos e símbolos legitimadores da nação, como hino nacional, bandeira tricolor, epopéia napoleônica, figura de Joana d'Arc (que viria a substituir a de Clóvis, rei franco, logo germânico, o que incomodava na hora dos confrontos com a Alemanha) e a própria língua francesa. Com efeito, o que nos parece particularmente inovador com o advento da república é o papel atribuído à língua francesa, investida desde então de uma função ideológica de cimento assegurando a coesão da nação. Assim nasce o conceito de *língua nacional*. Porém, os fatos históricos demonstram que a França não precisou unificar a sua língua para se constituir em nação e que o Estado da época monárquica convivia perfeitamente com a diversidade lingüística que caracterizava a França de então (dialetos franceses em uso na maioria da população das províncias, dialetos provençais, bretões, germânicos na Alsácia e na Lorena, basco, catalão). Costumava-se dizer que bastava percorrer menos de dez léguas para se ouvir falar uma língua totalmente diferente.

A partir de 1870, quando do advento da Quarta República, instaura-se com a escola primária laica, gratuita e obrigatória, uma política linguística repressiva, que visava a assegurar o predomínio da língua francesa de Paris e a eliminação das outras línguas e dos dialetos. Porém, e insistimos nisso, a identidade do cidadão francês, e antes do súdito do Rei, dispensava a língua francesa para se integrar ideologicamente como elemento da nação. Muito diferente era a situação na Itália ou na Alemanha, onde não existia Estado nacional unificado até a segunda metade do século XIX. Os movimentos políticos pela unificação, ligados ao romantismo, lutavam pela igualdade dos direitos políticos, contra os resquícios do absolutismo e as dominações "estrangeiras". Nesse contexto foi elaborada uma representação nova da língua que preenchia um papel de veículo das aspirações nacionalistas liberais. Em conseqüência, podemos concluir que a função histórica das línguas "nacionais" foi bastante diferente na França de um lado, e na Alemanha e na Itália do outro; entretanto, em todos os casos, atribui-se à língua um papel de primeira ordem na construção de uma identidade coletiva, a identidade nacional, no caso. Entretanto, é preciso frisar que tal função não é intrínseca, mas é, em respeito à representação que se tem da língua em determinadas condições históricas. Em outras palavras, a língua pode se tornar um mito fundador de uma coletividade em busca de uma identidade. No entanto, a formação da nacionalidade pode perfeitamente dispensar tal visão ideológica ou mítica da língua e a coletividade nacional suíça, como já o dissemos, é um dos exemplos disso.

Seria preciso talvez mencionar o papel que se quis também atribuir à língua francesa durante a época do colonialismo, que também se afasta das modalidades ideológicas do colonialismo britânico ou neerlandês. A França, embora assumisse também o componente mercantil e explorador da sua expansão colonial, sempre procurou legitimá-la através do mito da sua "*missão civilizadora*", num vasto projeto assimilador que faria, um dia, dos colonizados verdadeiros franceses, uma vez completada a tarefa de levar a liberdade, a igualdade e a fraternidade às terras mais longínquas do império. Assim, as crianças africanas podiam celebrar na escola os seus antepassados gauleses e a língua francesa tornava-se um atestado de cidadania pelo qual podiam se orgulhar tanto os laosianos como os senegaleses.

A ambigüidade da francofonia

A partir dessas poucas considerações, podemos medir as ambigüidades e os riscos de desvios dos projetos que se abrigam sob o nome de francofonia. Unidos através de um mito forjado pelos nacionalismos e as aventuras coloniais, os países que participam da Organização da Francofonia têm de enfrentar as contradições de uma entidade que tenta compatibilizar nostalgias coloniais, projetos humanistas, luta contra uma hegemonia cujo instrumento é o inglês. Entre o saudosismo "*vieille France*" e a generosidade em prol da preservação da diversidade, há espaço para as derivas mais infelizes quando se elabora um projeto identitário sobre um mito. Como frisa Jacques Attali, uma língua comum não é garantia nem de identidade comum, nem de paz, como mostram os conflitos da Irlanda, do Líbano ou da ex-

Iugoslávia. O mito da identidade construída pela língua só se sustenta quando serve à política e cabe a nós desvendar o que está escondido atrás do mito – ou do construto.

Abstract

This paper will discuss the role of language for collective identity formation in political and social institutions, such as traditional nations, or other modern institutions, particularly the so-called Francophony. It will be asked whether it is reasonable to consider language as an identity factor, and whether language representation would not transform it into a myth.

Keywords: Language, identity, francophony.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ATTALI, Jacques. Géopolitique de la langue française. *Le français aujourd'hui*, Paris, no 13, p. 3-5, 2000. Supplément.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962.
- BAINVILLE, Jacques. *Histoire de France*. Paris: Fayard, 1959.
- CABECEIRAS, Claudia Maria de Viveiros. *Opapel da língua na construção de uma identidade nacional na França e no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- CALVET, Jean-Louis. *Linguistique et colonialisme*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1979.
- _____. *Les politiques linguistiques*. Paris: PUF, 1996.
- DUBOIS, Claude-Gilbert (Org.). *L'imaginaire de la nation*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1991.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- JURT, Joseph. L'identité nationale: une fiction, une construction ou une réalité sociale? *Regards Sociologiques*, Strasbourg, no 16, p. 37-50, 1998.